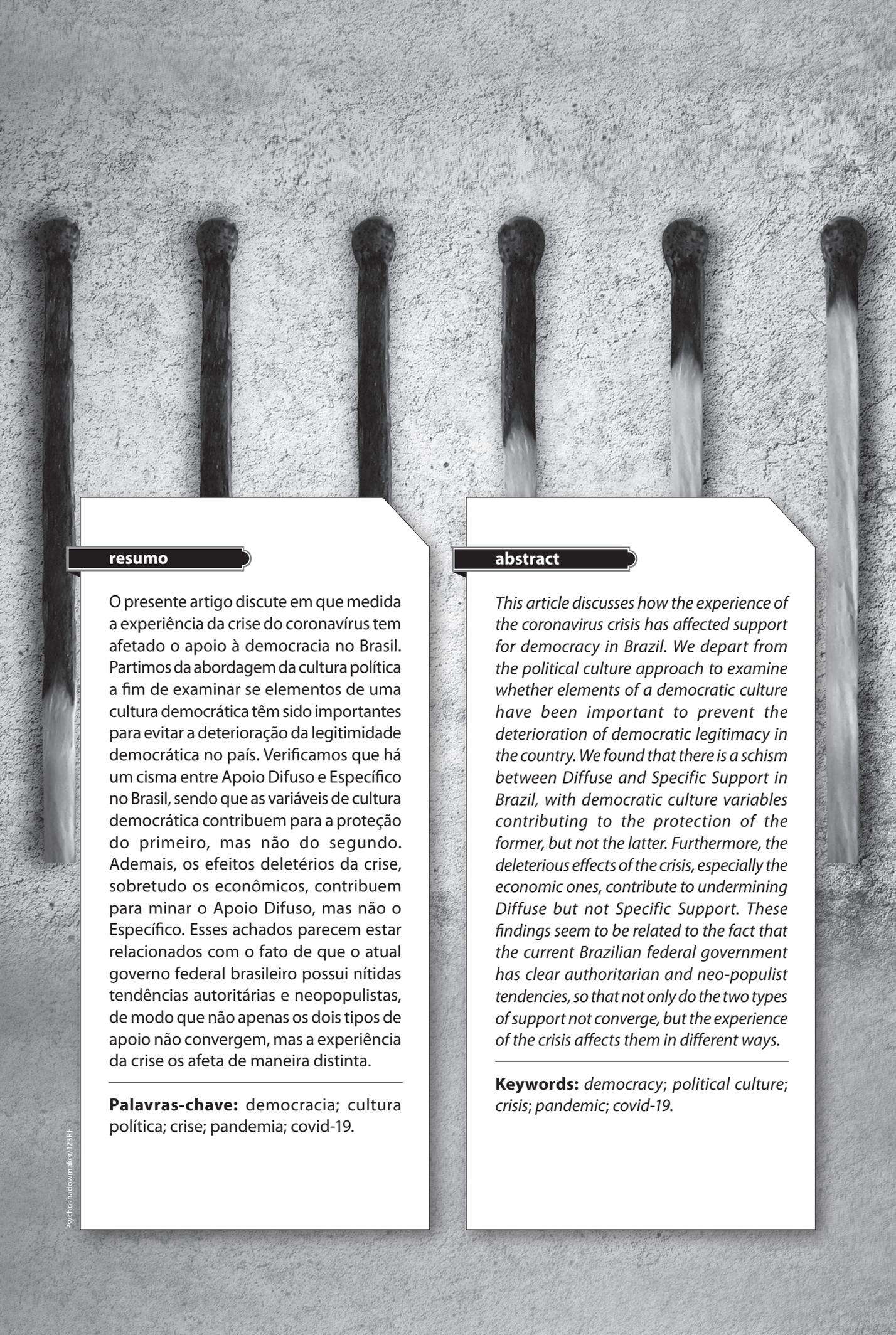


**Sobre a fragilidade da democracia  
brasileira diante da crise do coronavírus**

*Diego Moraes*  
*José Álvaro Moisés*



## resumo

O presente artigo discute em que medida a experiência da crise do coronavírus tem afetado o apoio à democracia no Brasil. Partimos da abordagem da cultura política a fim de examinar se elementos de uma cultura democrática têm sido importantes para evitar a deterioração da legitimidade democrática no país. Verificamos que há um cisma entre Apoio Difuso e Específico no Brasil, sendo que as variáveis de cultura democrática contribuem para a proteção do primeiro, mas não do segundo. Ademais, os efeitos deletérios da crise, sobretudo os econômicos, contribuem para minar o Apoio Difuso, mas não o Específico. Esses achados parecem estar relacionados com o fato de que o atual governo federal brasileiro possui nítidas tendências autoritárias e neopopulistas, de modo que não apenas os dois tipos de apoio não convergem, mas a experiência da crise os afeta de maneira distinta.

**Palavras-chave:** democracia; cultura política; crise; pandemia; covid-19.

## abstract

*This article discusses how the experience of the coronavirus crisis has affected support for democracy in Brazil. We depart from the political culture approach to examine whether elements of a democratic culture have been important to prevent the deterioration of democratic legitimacy in the country. We found that there is a schism between Diffuse and Specific Support in Brazil, with democratic culture variables contributing to the protection of the former, but not the latter. Furthermore, the deleterious effects of the crisis, especially the economic ones, contribute to undermining Diffuse but not Specific Support. These findings seem to be related to the fact that the current Brazilian federal government has clear authoritarian and neo-populist tendencies, so that not only do the two types of support not converge, but the experience of the crisis affects them in different ways.*

**Keywords:** democracy; political culture; crisis; pandemic; covid-19.

## DEMOCRACIA EM CONTEXTOS DE CRISE

**T**odo regime político depende da combinação de dois elementos: legitimidade, no sentido de ser reconhecido pelos governados, e força, no sentido de ter capacidade de agir e fazer cumprir suas deliberações (Diamond, 2015). Democracias, em particular, requerem maior legitimidade e obediência voluntária, de modo que dependem, primariamente, da anuência popular em relação ao regime (Gunther & Monteiro, 2003). Regimes autoritários, ao contrário, valem-se mais da força, embora também dependam em algum grau da anuência popular para perdurarem. Nas democracias, portanto, se a legitimidade for colocada em risco, há maiores chances de uma mudança política violar o Estado democrático. Por isso, não espanta que o fenômeno das crises seja tão significativo para explicar o sucesso ou o fracasso dos regimes democráticos (Moisés, 2019).

Contribui para este entendimento a abordagem da qualidade da democracia, a qual

postula que um regime democrático de alta qualidade deve satisfazer às expectativas dos cidadãos quanto à missão que atribuem aos governos (qualidade de resultado), permitir aos cidadãos desfrutar de extensa liberdade e igualdade política (qualidade de conteúdo) e oferecer um contexto no qual os cidadãos possam avaliar e julgar o desempenho de governos por meio de eleições e mecanismos de freios e contrapesos (qualidade de procedimento) (Diamond & Morlino, 2017). A qualidade da democracia tende a se deteriorar em momentos de crise devido, entre outros fatores, a um crescimento da avaliação negativa dos cidadãos a respeito da responsividade e das entregas governamentais (Morlino &

---

**DIEGO MORAES** é pesquisador do Instituto Sivilis e colaborador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP.

**JOSÉ ÁLVARO MOISÉS** é professor do IEA/USP, professor titular aposentado do Departamento de Ciência Política da USP e coordenador do Grupo de Pesquisa da Qualidade da Democracia do IEA/USP.

Quaranta, 2016). Assim, na medida em que a qualidade de resultado não se realiza a contento, os cidadãos passam a retirar seu apoio ao regime, prejudicando o componente de legitimidade tão caro à democracia.

Há que se considerar, contudo, que a legitimidade democrática é um fenômeno multidimensional, como bem apontou Easton (1965) a partir da diferenciação entre Apoio Difuso e Apoio Específico a regimes políticos. O Apoio Difuso poderia ser entendido como as atitudes em relação à comunidade política e ao regime de maneira mais abstrata, ao passo que o Apoio Específico seria orientado para o desempenho das autoridades políticas (Seligson, Booth & Gómez, 2006). Norris (1999) dá um passo adiante na conceituação multidimensional do fenômeno e propõe cinco objetos básicos aos quais a legitimidade política pode ou não ser conferida: 1) comunidade política; 2) princípios do regime; 3) desempenho do regime; 4) instituições do regime; 5) atores políticos. Mesmo nessa conceituação, contudo, ainda é possível identificar os dois polos propostos por Easton: a legitimidade conferida à comunidade política (nação) e aos princípios do regime (normas e valores) estaria mais próxima do Apoio Difuso, enquanto a legitimidade conferida ao desempenho do regime (funcionamento dos governos na prática), às instituições do regime (instituições legislativas e judiciárias) e aos atores políticos (líderes no poder) se aproximaria mais do Apoio Específico (Seligson, Booth & Gómez, 2006).

No que se refere aos efeitos das crises sobre a legitimidade, cabe notar que, ao menos em tese, eles se dariam mais diretamente sobre o Apoio Específico e seus sub-componentes, uma vez que estes constituem

os elementos mais concretos para avaliação dos cidadãos. Já o Apoio Difuso e seus sub-componentes seriam apenas indiretamente afetados, dada sua natureza mais abstrata e o fato de que constituem um “reservatório” construído e socializado ao longo de muitos anos e de erosão lenta. Todavia, a realidade de democracias jovens, como a brasileira, sugere que as medidas de legitimidade baseadas na adesão dos cidadãos a valores e ideais do regime democrático podem não ser as melhores para cotejar a sua estabilidade ou consolidação, já que as suas populações não possuem a experiência prolongada com esse sistema político que seria necessária à internalização de tais valores (Moisés, 2010; Ribeiro, 2007).

De todo modo, a importância do desempenho do regime democrático para a sua sustentabilidade é tamanha que, com frequência, regimes autoritários usam os percalços das democracias para fazer críticas ferozes aos valores democráticos. Um dos casos mais notórios na atualidade é o do autoritarismo chinês, cujo regime totalitário propagandeia o que chama de “democracia regulada”, isto é, um sistema político cujas deliberações se dão exclusivamente no âmbito do Partido Comunista Chinês, de modo que seriam supostamente mais profundas e pensadas do que aquelas provenientes da democracia aberta ocidental, bem como seus resultados seriam alegadamente mais eficazes e harmônicos do que o caos político que se observa em diversas ocasiões nas democracias liberais (Piketty, 2020). Apesar de, factualmente, a “democracia regulada” ao estilo chinês estar bem longe de demonstrar sua superioridade em relação à democracia liberal ao estilo ocidental, ainda assim suas críticas são muitas vezes capazes de abalar os fundamentos da

democracia, principalmente quando colocadas lado a lado com o crescimento econômico chinês das últimas décadas.

Na esteira dos choques econômicos e políticos da contemporaneidade, essa narrativa iliberal tende a ganhar cada vez mais força, sobretudo em países cujas raízes democráticas são pouco profundas (Welzel, 2021). Por sua vez, a profundidade de tais raízes parece estar diretamente associada com a prevalência de uma cultura política que sustenta o funcionamento e a sobrevivência da democracia em nível sistêmico. Esta cultura foi delineada no estudo pioneiro de Almond e Verba (1989), que a chamaram de “cultura cívica”, tendo como modelo uma sociedade política cujos cidadãos são envolvidos e ativos politicamente, bem como sua participação é informada, analítica e racional, ao mesmo tempo em que vigora um consenso substantivo sobre a legitimidade das instituições e das políticas públicas, uma difundida tolerância da pluralidade de interesses e crença na sua conciliabilidade, e um amplo sentido de competência política e confiança mútua (Almond, 1989).

Nesse sentido, uma cultura cívica (ou, como alguns autores contemporâneos preferem chamá-la, uma cultura democrática) (Moisés, 2011) seria essencial tanto para amenizar os efeitos negativos das crises sobre a legitimidade da democracia, quanto para imunizar a população contra os apelos de líderes populistas e alternativas autoritárias (Diamond, 2015). Para tanto, o modelo explicativo culturalista sustenta que orientações subjetivas de natureza afetiva, cognitiva e avaliativa intervêm na relação entre a experiência de determinadas situações e a resposta a elas (Almond & Verba, 1989; Eckstein, 1988). Assim, a experiência das crises passa,

necessariamente, pelo filtro da cultura política, que pode ser mais ou menos favorável à manutenção do regime democrático.

Com este panorama em vista, o presente artigo visa a discutir se e em que medida a experiência da crise do coronavírus tem afetado o apoio à democracia no Brasil. Partimos da abordagem culturalista a fim de examinar se elementos de uma cultura democrática têm sido importantes para evitar a deterioração da legitimidade democrática no país. O texto avança examinando dados de dois painéis da pesquisa “Valores em Crise” e foca, sobretudo, o impacto de diferentes dimensões da crise sanitária sobre os valores sociais e políticos, como a solidariedade, o capital social e, especialmente, a avaliação social de governos, instituições e o próprio regime político. Como se analisa e demonstra nas seções seguintes do texto, os resultados da pesquisa apontam para efeitos diferenciados da pandemia sobre o Apoio Difuso e o Específico ao regime democrático. Na conclusão, as implicações desses achados para a qualidade da democracia são discutidas.

## **PANDEMIA DE COVID-19 E CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL**

A atual crise do coronavírus é considerada por muitos o evento mais dramático da história humana desde a Segunda Guerra Mundial. De acordo com os dados do monitoramento realizado pela Universidade Johns Hopkins, nos Estados Unidos<sup>1</sup>, até agosto de 2021 já havia mais de 200 milhões de casos

---

1 Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/map.html>. Acesso em: 23/8/2021.

de covid-19 no mundo e mais de 4 milhões de mortes causadas pela doença, sendo que somente o Brasil contava com mais de 20 milhões de casos e mais de 500 mil mortes. Todavia, diferentemente das crises de natureza exclusivamente econômica, epidemias e pandemias, que são eventos conectados ao imponderável dos desastres e catástrofes naturais, podem gerar consequências sociopolíticas distintas daquelas esperadas pelos choques meramente de mercado. De fato, uma ampla literatura já observou como eventos dessa natureza contribuem para a geração de capital social em termos de solidariedade, colaboração e confiança, os quais, por sua vez, ajudam a mitigar os seus efeitos negativos (Asri, Nuntaboot & Festi Wiliyanti, 2017; Straub et al., 2020; Zoorob & Salemi, 2017).

Desse modo, podemos constatar uma certa ambiguidade acerca dos possíveis impactos da pandemia sobre as democracias ao redor do mundo, haja vista que efeitos heterogêneos já foram observados em epidemias passadas por conta de diferenças em termos de poder e cultura política entre as nações (McLafferty, 2010). Com efeito, a emergência da crise do coronavírus em 2020 nos apresentou a um novo fato social: ao mesmo tempo em que a pandemia de covid-19 guarda similaridades com as crises econômicas, na medida em que afeta os mercados e a vida material, ela gera consequências inéditas na vida política dos cidadãos, por um lado, restringindo a mobilidade social, demandando a vigilância pública e impondo medidas de confinamento (Barriga et al., 2020; Peron et al., 2020) e, por outro, realçando o capital social e as capacidades estatais existentes (Ali, Hassan & Hossain, 2021; Chathukulam & Tharamangalam, 2021). Assim, um dos

principais debates dos dias atuais se debruça sobre as implicações da crise corrente para a sustentabilidade da democracia em países cujos regimes democráticos ainda são pouco consolidados, como o Brasil.

Nesse sentido, uma hipótese seria a de que governos autoritários são mais aptos a enfrentar a crise do coronavírus e superá-la, haja vista que possuem mais instrumentos de poder e estão mais dispostos a fazer uso de forças coercitivas (Ali, Hassan & Hossain, 2021). Todavia, testes empíricos preliminares sugerem que, apesar de seu maior poder e controle, os regimes autoritários não têm sido mais efetivos na contenção da pandemia em comparação às nações democráticas (Frey, Chen & Presidente, 2020). Com efeito, uma dimensão que deve ser levada em conta para melhor entender essa dinâmica diz respeito à legitimidade das ações governamentais perante a população. De fato, o sucesso do controle social no enfrentamento da pandemia parece depender em boa medida da observância voluntária dos cidadãos (Ali, Hassan & Hossain, 2021), o que sugere o papel de destaque que uma cultura democrática baseada no engajamento cívico e no capital social pode ter neste momento (Chathukulam & Tharamangalam, 2021).

No caso brasileiro, do ponto de vista institucional, estudiosos da democracia já observaram que, apesar de uma condução desastrosa da pandemia por parte do governo federal, o arranjo institucional vigente no país tem sido capaz de limitar as políticas e atitudes negligentes do governo e tomar medidas para proteger a sociedade (Barberia & Gómez, 2020). Alguns especialistas chegaram até a dizer que, apesar das trágicas consequências humanas da pandemia, a democracia brasileira

pode sair revigorada desta crise que, em certa medida, expõe as fraquezas e tendências antidemocráticas do atual governo e impulsiona uma coalizão de oposição entre as elites políticas e econômicas (Smith, 2020). Sendo assim, o pós-pandemia no Brasil poderia ser mais auspicioso do que se imaginaria para um país de democracia jovem e pouco consolidada.

No entanto, não apenas o funcionamento das instituições e o interesse das elites importam para a sobrevivência de um regime, mas também a cultura política das massas (Moisés, 2008; Rennó, 1998). Dessa perspectiva, estudos preliminares já apontaram indícios menos favoráveis acerca dos efeitos da pandemia sobre a crise democrática no Brasil (Avritzer & Rennó, 2021). É precisamente no campo da cultura política que se insere nosso estudo. Buscamos entender como a experiência da pandemia está afetando o apoio à democracia entre os cidadãos brasileiros e como a cultura política está mediando tal relação. Utilizamos dados provenientes da pesquisa “Valores em Crise”, idealizada pela World Values Survey Association e aplicada no Brasil pelo Instituto Sivos em parceria com o Instituto de Estudos Avançados da USP. O banco de dados explorado consiste em um painel longitudinal com uma amostra de 1.929 entrevistados em dois momentos: uma primeira onda entre maio e junho de 2020, quando houve o primeiro pico da pandemia no país; e uma segunda onda entre janeiro e fevereiro de 2021, quando a população já estava mais acostumada com a realidade da pandemia e começava a haver alguma esperança de seu fim com o início da vacinação. Na seção seguinte discutimos os principais resultados da análise de dados.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Começaremos nossa análise empírica pela apresentação de quatro variáveis que servem como *proxy* de apoio ao regime democrático: 1) Confiança no governo – escala de confiança que vai de 1 (nenhuma confiança) até 4 (muita confiança); 2) Confiança nas instituições – escala de confiança que vai de 1 (nenhuma confiança) até 4 (muita confiança); 3) Preferência democrática – escala de concordância com a sentença “Apesar de ter alguns problemas, a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo”, que vai de 1 (discorda totalmente) até 4 (concorda totalmente); 4) Rejeição da relativização – escala de discordância da sentença “Quando há uma situação de crise, não importa que o governo passe por cima das leis, do Congresso ou das instituições com o objetivo de resolver os problemas e melhorar a vida da população”, que vai de 1 (concorda totalmente) até 4 (discorda totalmente). As duas primeiras variáveis são possíveis operacionalizações do Apoio Específico discutido anteriormente, ao passo que as duas últimas são possíveis operacionalizações do Apoio Difuso à democracia.

A Tabela 1 mostra como o agregado da adesão a cada um desses tipos de apoio, representado pela soma das categorias 3 e 4 de cada variável, oscilou entre a primeira e a segunda onda do nosso painel entre os indivíduos que experimentaram algumas das consequências sanitárias da covid-19 em suas vidas privadas e sociais, a saber: ter testado positivo para a covid-19; ter testado negativo para a covid-19; ter manifestado sintomas leves da covid-19; ter manifestado

sintomas graves da covid-19; ter conhecidos que manifestaram sintomas leves da covid-19; ter conhecidos que manifestaram sintomas graves da covid-19.

Os dados mostram que houve pouca oscilação substantiva (superior a 10%) das variáveis de apoio entre as ondas. A única experiência que registra variação substantiva em todas as *proxies* é a testagem positiva, sendo que a Confiança no governo sobe de 20% a 37,3%, a Confiança nas instituições aumenta de 25% a 41,6% e a Preferência democrática vai de 70% para

83,2%, ao passo que a Rejeição da relativização é a única que sofre uma queda, de 60% para 41,6%. Ademais, outras duas variáveis de experiência sanitária também apresentaram oscilações substantivas pontuais, a saber: crescimento da Preferência democrática entre os que testaram negativo (de 70,4% a 81,7%) e aumento da Confiança no governo entre os que tiveram sintomas graves (de 30,3% a 44,9%).

Desse modo, as estatísticas descritivas sugerem que, à primeira vista, o avanço dos impactos da pandemia sobre a saúde

**TABELA 1**

Experiências sanitárias durante a pandemia de covid-19 e Apoio Difuso e Específico entre as duas ondas da pesquisa

	Testou positivo		Testou negativo		Sintomas leves		Sintomas
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1
Confiança no governo	20,0%	37,3%*	27,0%	29,3%	24,8%	30,8%	30,3%
Confiança nas instituições	25,0%	41,6%*	35,7%	39,1%	31,6%	39,9%	36,4%
Preferência democrática	70,0%	83,2%*	70,4%	81,7%*	84,0%	80,9%	84,9%
Rejeição da relativização	60,0%	41,6%*	30,4%	36,3%	45,2%	36,4%	39,4%

\* Variação superior a 10% para mais ou para menos

Fonte: Elaboração dos autores

**TABELA 2**

Experiências econômicas durante a pandemia de covid-19 e Apoio Difuso e Específico entre as duas ondas da pesquisa

	Perdeu emprego		Fechou negócio		Jornada reduzida		Trabalha
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2	Onda 1
Confiança no governo	31,3%	29,2%	32,0%	35,4%	26,8%	33,0%	27,2%
Confiança nas instituições	34,7%	30,4%	33,0%	39,4%	30,4%	39,0%	35,0%
Preferência democrática	75,5%	76,0%	80,6%	74,9%	77,0%	77,8%	83,2%
Rejeição da relativização	32,2%	35,3%	31,1%	31,4%	36,0%	35,8%	42,4%

\* Variação superior a 10% para mais ou para menos

Fonte: Elaboração dos autores

dos brasileiros não está se traduzindo em uma retirada do apoio ao governo e às instituições, próprios do Apoio específico, e está sinalizando apoio à dimensão difusa, relativa à legitimidade propriamente do regime enquanto tal. Todavia, a queda de quase 20% na rejeição à relativização da democracia entre os que testaram positivo acende um importante sinal de alerta, indicando que também é possível que existam efeitos deletérios ao regime decorrentes dessas experiências.

Os dados apresentados na Tabela 2 se referem ao agregado da oscilação das variáveis de apoio, novamente representadas

graves	Conhecidos-leves		Conhecidos-graves	
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2
Onda 2				
44,9%*	24,0%	30,0%	23,7%	28,4%
43,5%	29,7%	36,7%	30,0%	34,2%
88,4%	82,2%	82,1%	79,4%	78,4%
33,3%	42,8%	35,2%	41,3%	34,7%

de casa	Recebe auxílio		Cuida dos filhos	
	Onda 1	Onda 2	Onda 1	Onda 2
Onda 2				
28,8%	29,8%	31,6%	29,9%	30,8%
39,1%	35,2%	38,6%	33,9%	34,8%
80,7%	74,8%	76,7%	77,7%	75,9%
39,1%	30,3%	29,0%	28,9%	32,3%

pela soma das categorias 3 e 4, entre a primeira e a segunda onda da pesquisa, segundo um conjunto de experiências econômicas decorrentes da pandemia, a saber: perder o emprego; fechar um negócio ou estabelecimento; ter a jornada de trabalho reduzida; trabalhar de casa; receber algum auxílio emergencial; ter que cuidar dos filhos durante o dia. No caso das experiências econômicas, não observamos nenhuma variação substantiva (superior a 10%) entre as ondas, de modo que as intempéries econômicas derivadas da crise do coronavírus não parecem estar afetando sobremaneira o apoio à democracia. Os dados mostram, contudo, que a perda do emprego reflete negativamente, ainda que de forma leve, sobre a confiança no governo, bem como nas instituições, mas aumenta de 32% para 35% a rejeição à relativização da democracia, indicando que os efeitos da crise econômica são pouco significativos para as duas dimensões de apoio político.

Todavia, os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 são tão somente estatísticas descritivas, que não avaliam a relação entre apoio à democracia e experiências da pandemia controlando por outros fatores relevantes, como variáveis socioeconômicas, por exemplo. Ademais, essas estatísticas descritivas permitem ver apenas o agregado da oscilação entre as ondas, sem que seja possível discernir se indivíduos que manifestavam determinada posição na primeira onda mudaram de opinião na segunda após passarem por determinada experiência. Sendo assim, para uma leitura mais acurada dos dados, é necessário lançar mão de modelos multivariados de análise. Porém, para tanto, é preciso primeiro utilizar técnicas de redução de dados, haja vista que, a princípio, teria-

mos quatro variáveis dependentes (apoio) e 12 variáveis independentes (experiências), o que tornaria a modelagem estatística pouco viável e de difícil interpretação.

Sendo assim, começamos pela aplicação de análises de componentes principais, que nada mais são do que técnicas de redução de dados com a finalidade de encontrar algumas poucas dimensões latentes (ou Componentes Principais – CPs) a partir da correlação de diversas variáveis (Hair et al., 2014). Nos Anexos deste artigo se encontram as tabelas relativas às análises de componentes principais com detalhadas informações estatísticas. A Tabela 1A dos Anexos apresenta a análise de componentes principais das nossas variáveis dependentes sobre o apoio. Tal como esperado, os dados revelam que as quatro *proxies* se agrupam em dois conjuntos estatisticamente robustos (que alcançam autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). No primeiro componente (CP1), as variáveis que operacionalizam o Apoio Específico, isto é, Confiança no governo e Confiança nas instituições, possuem cargas mais substantivas ( $> 0,4$  ou  $< -0,4$ ). Já no segundo componente (CP2), as variáveis de Apoio Difuso, quais sejam, Preferência democrática e Rejeição da relativização, são as que possuem cargas mais substantivas.

Por possuírem autovalor acima de 1 e variância cumulativa maior que 60%, apenas os dois primeiros componentes principais são retidos para nossa análise multivariada, sendo que o primeiro será chamado de Apoio Específico e o segundo, de Apoio Difuso. Por fim, é também interessante notar que, embora não sejam cargas que ultrapassem o limite de significância ( $> 0,4$  ou  $< -0,4$ ), no componente de Apoio

Específico a variável de Rejeição da relativização possui uma carga negativa, ao passo que no componente de Apoio Difuso a variável de Confiança no governo possui carga negativa. Isso pode sugerir que, no caso brasileiro, em que temos um governo com clara inclinação autoritária, o Apoio Específico traz em seu bojo uma certa condescendência em relação à relativização da democracia, ao passo que o Apoio Difuso contempla uma certa desconfiança em relação ao governo.

A Tabela 2A dos Anexos, por sua vez, apresenta o resultado da análise de componentes principais das variáveis de experiência sanitária. Os resultados revelam três importantes dimensões latentes a serem retidas para a análise multivariada (por alcançarem autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). O primeiro componente (CP1) possui cargas substantivas para todas as variáveis, exceto testagem negativa e sintomas graves. Sendo assim, o chamaremos de Experiência sanitária moderada. O segundo componente (CP2) possui cargas substantivas em testagem positiva e sintomas graves, mas também em conhecidos com sintomas leves e graves, embora negativas. Assim, o chamaremos de Experiência sanitária severa. Por fim, o terceiro componente (CP3) possui carga substantiva apenas na variável de testagem negativa, de modo que o chamaremos de Experiência sanitária leve.

Finalmente, a Tabela 3A dos Anexos apresenta o resultado da análise de componentes principais das variáveis de experiência econômica. Também nesse caso, os resultados demonstram haver três importantes dimensões latentes a serem retidas para a análise

multivariada (por alcançarem autovalor acima de 1 e/ou variância cumulativa acima de 60%). O primeiro componente (CP1) apresenta cargas substantivas em todas as experiências econômicas, com exceção de trabalhar de casa. Sendo assim, o chamaremos de Experiência econômica severa.

O segundo componente (CP2) apresenta carga substantiva e positiva para a experiência de trabalhar de casa e carga substantiva e negativa para ter perdido o emprego. Por isso, o chamaremos de Experiência econômica leve. Por fim, o terceiro componente (CP3) apresenta cargas substantivas e positivas para receber auxílio emergencial e cuidar dos filhos durante o dia, mas também cargas substantivas e negativas para ter a jornada de trabalho reduzida e ter fechado seu negócio. Portanto, o chamaremos de Experiência econômica moderada.

Partindo desse conjunto de componentes principais retidos nas análises executadas anteriormente, avançamos agora para uma avaliação estatística inferencial. Na Tabela 3, apresentamos os resultados dos modelos de regressão múltipla. Uma vez que nossos dados são derivados de um painel longitudinal, aplicamos modelos de regressão em painel com efeitos aleatórios. A principal vantagem dos modelos de regressão em painel é a análise do comportamento tanto entre indivíduos quanto ao longo do tempo, o que possibilita o controle de fatores não observados invariantes no tempo (Greene, 2012). Todos os modelos incluem variáveis de controle, como Posicionamento esquerda-direita (escala de 1 – esquerda até 10 – direita), Sexo (homem), Idade, Escolaridade, Renda e variáveis binárias (*dummies*) para cada estado brasileiro como efeitos fixos regionais.

O primeiro modelo referente ao Apoio Específico apresenta os resultados apenas considerando as variáveis de Experiência sanitária e econômica. Em consonância com os dados descritivos apresentados na Tabela 1, nele observamos que as Experiências sanitárias leve e severa apresentam coeficientes positivos e estatisticamente significativos, embora o grau de significância e a magnitude sejam baixos. Além do mais, também observamos coeficientes positivos e estatisticamente significativos para as variáveis de Experiência econômica moderada e severa, algo que não tinha sido observado nas estatísticas descritivas.

O segundo modelo referente ao Apoio Específico apresenta mais uma vez os resultados de ambos os tipos de experiência, mas agora controlando por algumas variáveis-chave de cultura democrática, a saber: *Dummy* de valores de autoexpressão (variável binária, que identifica os indivíduos que declararam que a prioridade do país deveria ser proteger a liberdade de expressão ou dar mais voz às pessoas na política, em contraposição a manter a ordem ou combater a inflação); Escala de igualitarismo na política (escala de discordância da sentença “Em geral, os homens formam melhores líderes políticos do que as mulheres”, que vai de 1 – concorda totalmente, até 4 – discorda totalmente); Confiança interpessoal (escala de confiança que vai de 1 – a maioria das pessoas tiraria vantagem de você se pudesse, até 10 – elas buscariam ser justas); Escala de hostilidade-solidariedade (escala de percepção de hostilidade vs. solidariedade nos últimos dias, que vai de 1 – mais hostilidade, até 7 – mais solidariedade); Diversidade étnico-racial (escala de apre-

TABELA 3

## Resultados da regressão

	Apoio Específico		Apoio Difuso	
Experiência sanitária leve	0.0350* (0.0184)	0.0359** (0.0182)	-0.0154 (0.0144)	-0.0166 (0.0141)
Experiência sanitária moderada	-0.0059 (0.0138)	-0.0025 (0.0135)	-0.0069 (0.0106)	-0.0090 (0.0104)
Experiência sanitária severa	0.0315* (0.0173)	0.0239 (0.0169)	0.0157 (0.0133)	0.0200 (0.0133)
Experiência econômica leve	-0.0047 (0.0191)	-0.0070 (0.0186)	0.0226 (0.0157)	0.0133 (0.0153)
Experiência econômica moderada	0.0498** (0.0213)	0.0502** (0.0209)	-0.0315** (0.0156)	-0.0326** (0.0154)
Experiência econômica severa	0.0340** (0.0167)	0.0325** (0.0164)	-0.0342*** (0.0125)	-0.0302** (0.0123)
Dummy de valores de autoexpressão		-0.1204*** (0.0425)		0.1527*** (0.0319)
Escala de igualitarismo na política		-0.1559*** (0.0301)		0.0575*** (0.0209)
Confiança interpessoal		0.0163** (0.0072)		0.0111** (0.0056)
Escala de hostilidade-solidariedade		0.0369*** (0.0113)		0.0148* (0.0091)
Diversidade étnico-racial		-0.0034 (0.0072)		0.0402*** (0.0059)
Cooperação internacional		-0.0025 (0.0059)		0.0136*** (0.0050)
Posicionamento esquerda-direita	0.0834*** (0.0088)	0.0739*** (0.0089)	-0.0563*** (0.0067)	-0.0532*** (0.0065)
Sexo (homem)	0.2531*** (0.0488)	0.2067*** (0.0483)	0.0039 (0.0376)	0.0282 (0.0366)
Idade	0.0112*** (0.0017)	0.0105*** (0.0017)	0.0068*** (0.0013)	0.0067*** (0.0013)
Escolaridade	0.0049 (0.0144)	0.0155 (0.0144)	0.1205*** (0.0110)	0.1021*** (0.0108)
Renda	-0.0091 (0.0227)	-0.0038 (0.0225)	0.1252*** (0.0184)	0.1145*** (0.0180)
Dummies estaduais	SIM	SIM	SIM	SIM
Constante	-1.441*** (0.379)	-1.042*** (0.373)	-1.419*** (0.297)	-1.987*** (0.315)
R <sup>2</sup> Total	0.1130	0.1397	0.1802	0.2232
Observações	3,858	3,858	3,858	3,858

Erros-padrão robustos entre parênteses

\*\*\* p&lt;0.01, \*\* p&lt;0.05, \* p&lt;0.1

ciação da diversidade que vai de 1 – A diversidade étnico-racial corrói a coesão social, até 10 – A diversidade étnico-racial enriquece a vida social); Cooperação internacional (escala de apoio à cooperação que vai de 1 – Nosso governo deveria resolver os problemas do país por conta própria, até 10 – Nosso governo deveria resolver problemas globais em cooperação com outros países).

Os resultados mostram que se, por um lado, a variável de Experiência sanitária severa deixou de ser estatisticamente significativa quando os controles de cultura democrática foram introduzidos, por outro, as variáveis de Experiência sanitária leve, Experiência econômica moderada e Experiência econômica severa permaneceram significativas e positivas. Desse modo, os resultados indicam que tais variáveis de fato contribuem para um crescimento do Apoio Específico no país, o que parece estar em sintonia com a narrativa propagandeada pelo atual governo federal de que a experiência sanitária da pandemia é em grande medida leve e suas consequências econômicas negativas ocorrem sobretudo pelo fato de que os demais entes e poderes políticos não tratam a pandemia de maneira mais branda. Sendo assim, os indivíduos que foram levemente afetados pela pandemia do ponto de vista sanitário e os que foram fortemente afetados do ponto de vista econômico passaram a conferir maior apoio ao atual governo e suas narrativas.

Interessantemente, ao observarmos as variáveis de cultura democrática vemos algo curioso: tanto a *dummy* de Valores de autoexpressão quanto a Escala de igualitarismo na política apresentam coeficientes

de alta magnitude e muito significativos, mas negativos. Isso indica que, contrariamente ao esperado em um país democrático, o aumento ao Apoio Específico ocorre em paralelo com uma menor propensão à cultura democrática. Essa discrepância pode ser compreendida se lembrarmos que o Apoio Específico é, no final das contas, um apoio direcionado ao governo vigente, que no caso brasileiro possui nítidas tendências autoritárias. Basta lembrar que, como vimos na Tabela 1A dos Anexos, o Apoio Específico também incorpora uma carga razoável de relativização da democracia, o que está em sintonia com os resultados negativos de cultura democrática aqui observados.

Já as variáveis de capital social, isto é, a Confiança interpessoal e a Escala de hostilidade-solidariedade, no entanto, apresentaram coeficientes significativos e positivos, como previsto, indicando que elementos de capital social e vida comunitária são positivamente associados ao Apoio Específico. Por fim, olhando agora para as variáveis de controle, observamos que o Apoio Específico se dá também muito em função de os indivíduos se posicionarem à direita no espectro político, serem homens e mais velhos, o que é bastante condizente com o típico perfil do eleitorado do atual governo.

Voltando o olhar agora para a variável de Apoio Difuso, observamos um cenário bastante diverso. O primeiro modelo referente a essa variável, que só considera as variáveis de experiência sanitária e econômica isoladamente, encontrou coeficientes significativos e negativos para as variáveis de Experiência econômica moderada e severa. Ou seja, diferente-

mente do que havíamos observado para a variável de Apoio Específico, a experiência dos cidadãos com as intempéries econômicas derivadas da pandemia faz com que eles tendam a retirar seu apoio à democracia em abstrato. Todavia, cabe observar que a magnitude dos coeficientes é bastante baixa.

Ao considerar um modelo mais complexo, que introduz as variáveis de cultura democrática como controles, vemos que esse efeito negativo da experiência econômica sobre o Apoio Difuso permanece. Assim, parece claro que a narrativa de que a democracia e os devidos processos jurídico-políticos são prejudiciais à recuperação econômica frente à crise pandêmica tem ganho adesão, de modo que a legitimidade democrática é penalizada por conta das intempéries econômicas. É interessante notar, contudo, que, ao contrário do que havíamos visto antes, todas as variáveis de cultura democrática são positivas e estatisticamente significativas para explicar o Apoio Difuso, demonstrando que, no Brasil, este possui uma sintonia mais profunda com a cultura democrática do que o Apoio Específico. Além do mais, a magnitude dos coeficientes de algumas variáveis de cultura democrática é sensivelmente maior do que aqueles observados para as experiências da pandemia. Novamente, podemos recorrer à Tabela 1A dos Anexos para tentar compreender um pouco dessa dinâmica. Como havíamos percebido, o Apoio Difuso também contempla uma razoável carga de desconfiança no governo, o que faz sentido se considerarmos os constantes ataques do mandatário atual aos princípios democráticos.

Desse modo, ao que tudo indica, a variável de Apoio Difuso serve como um contraponto – de fato mais democrático – ao Apoio Específico em um país onde o governo federal assume medidas anti-democráticas continuamente. Esse contraponto pode também ser verificado nas variáveis de controle sociodemográfico, já que o Apoio Difuso se dá muito em função de os indivíduos se posicionarem mais à esquerda no espectro político, serem mais velhos, com maior escolaridade e renda. Assim, vemos um perfil bastante diferente daquele observado no caso do Apoio Específico. Por outro lado, cabe observar também que as variáveis relativas ao capital social (Confiança interpessoal e Escala de hostilidade-solidariedade) são também positivas e significativas no modelo de Apoio Difuso, tal qual também eram no de Apoio Específico, de modo que, ao que parece, a força do capital social é o principal fator capaz de contribuir positivamente para a adesão à democracia no país, independentemente da dimensão de análise.

## CONCLUSÕES

Os resultados dessa pesquisa apontam na direção de um cisma, sob impacto dos efeitos da crise do coronavírus, entre o Apoio Difuso e o Específico no Brasil, sendo que a presença de diferentes expressões de cultura cívica contribui para a proteção da legitimidade democrática como um todo, mas não para o apoio a governos e mesmo instituições do regime. Ademais, alguns efeitos deletérios da crise, sobretudo econômicos, contribuem para minar em alguma medida o Apoio Difuso, ao

passo que fortalecem o Específico. Estes achados podem estar relacionados com o fato de que o atual governo federal brasileiro possui nítidas tendências autoritárias e neopopulistas (Moisés & Weffort, 2020), de modo que não apenas os dois tipos de apoio não convergem, mas a experiência da crise os afeta de maneira distinta.

Esses resultados vão, em alguma medida, em direção contrária ao encontrado em democracias mais avançadas (Bol et al., 2020), mas os dados sugerem que o estágio da democracia e, sobretudo, a presença de uma cultura democrática em determinado país importam tanto para a superação da crise quanto para a manutenção do regime democrático (Frey, Chen & Presidente, 2020; Gelfand et al., 2021). Os achados do caso brasileiro convergem, em alguma medida, para aqueles encontra-

dos em democracias menos consolidadas, e podem sugerir o risco de a crise do coronavírus fragilizar o regime democrático desses países se ela gerar demandas populares por soluções autoritárias ou tecnocráticas para a superação das dificuldades (Amat et al., 2020); no caso brasileiro, isso foi parcialmente verificado pelos efeitos negativos que as consequências econômicas têm gerado sobre a legitimidade democrática, ao passo que afetam positivamente o apoio ao atual governo e suas narrativas antidemocráticas para a solução da crise econômica. Ademais, o presente artigo sugere que o atual contexto de crise demanda mais ação das lideranças democráticas em prol do fortalecimento da cultura democrática, algo que parece fundamental para facilitar tanto a superação da crise quanto evitar a ruptura do regime.

## ANEXOS

TABELA 1A

Análise de componentes principais das variáveis de apoio à democracia

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	1,531	0,500	38,27%	38,27%
<b>Nº de componentes</b>	CP2	1,031	0,117	25,78%	64,05%
4	CP3	0,914	0,391	22,86%	86,91%
<b>Rho</b>	CP4	0,524	-	13,09%	100,00%
1					
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	
Confiança no governo	<b>0,678</b>	-0,102	0,145	<b>0,713</b>	
Confiança nas instituições	<b>0,626</b>	0,216	0,386	<b>-0,642</b>	
Preferência democrática	0,204	<b>0,721</b>	<b>-0,661</b>	0,044	
Rejeição da relativização	-0,328	<b>0,650</b>	<b>0,627</b>	0,277	

Fonte: Elaboração dos autores

TABELA 2A

Análise de componentes principais das variáveis de experiência sanitária

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	2,186	1,084	36,44%	36,44%
<b>Nº de componentes</b>	CP2	1,103	0,159	18,38%	54,81%
6	CP3	0,943	0,169	15,72%	70,54%
<b>Rho</b>	CP4	0,774	0,204	12,90%	83,44%
1	CP5	0,570	0,145	9,49%	92,93%
	CP6	0,424	-	7,07%	100,00%
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5
Testou positivo	<b>0,421</b>	<b>0,508</b>	0,011	-0,225	<b>0,696</b>
Testou negativo	0,201	-0,242	<b>0,943</b>	0,079	0,069
Sintomas leves	<b>0,477</b>	0,173	0,023	<b>-0,578</b>	<b>-0,505</b>
Sintomas graves	0,350	<b>0,492</b>	0,019	<b>0,711</b>	-0,356
Conhecidos-leves	<b>0,488</b>	<b>-0,441</b>	-0,190	-0,068	-0,168
Conhecidos-graves	<b>0,440</b>	<b>-0,466</b>	-0,271	0,315	0,318

Obs.: Valores de CP6 omitidos da tabela

Fonte: Elaboração dos autores

TABELA 3A

Análise de componentes principais das variáveis de experiência econômica

Nº de observações	CPs	Autovalor	Diferença	% da variância	% cumulativa
3.858	CP1	1,676	0,621	27,93%	27,93%
<b>Nº de componentes</b>	CP2	1,055	0,034	17,58%	45,51%
6	CP3	1,020	0,231	17,01%	62,52%
<b>Rho</b>	CP4	0,789	0,059	13,16%	75,68%
1	CP5	0,731	0,002	12,18%	87,86%
	CP6	0,728	-	12,14%	100,00%
Variáveis	CP1	CP2	CP3	CP4	CP5
Perdeu emprego	<b>0,401</b>	<b>-0,573</b>	-0,051	<b>0,424</b>	<b>0,416</b>
Fechou negócio	<b>0,451</b>	-0,261	<b>-0,438</b>	0,099	-0,340
Jornada reduzida	<b>0,431</b>	0,244	<b>-0,465</b>	<b>-0,466</b>	-0,173
Trabalha de casa	0,320	<b>0,708</b>	-0,093	0,361	<b>0,470</b>
Recebe auxílio	<b>0,426</b>	-0,123	<b>0,496</b>	<b>-0,604</b>	0,348
Cuida dos filhos	<b>0,408</b>	0,167	<b>0,578</b>	0,314	<b>-0,583</b>

Obs.: Valores de CP6 omitidos da tabela

Fonte: Elaboração dos autores

## REFERÊNCIAS

- ALI, T. O.; HASSAN, M.; HOSSAIN, N. "The moral and political economy of the pandemic in Bangladesh: weak states and strong societies during covid-19". *World Development*, v. 137, May 2020, p. 105216.
- ALMOND, G. A. "The intellectual history of the civic culture concept", in G. A. Almond; S. Verba (eds.). *The civic culture revisited*. Newbury Park, Sage Publications Ltd., 1989, pp. 1-36.
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. 3rd ed. Newbury Park, Sage Publications Inc., 1989.
- AMAT, F. et al. "Pandemics meet democracy: experimental evidence from the covid-19 crisis in Spain" [s.l: s.n.].
- ASRI; NUNTABOOT, K.; FESTI WILIYANARTI, P. "Community social capital on fighting dengue fever in suburban Surabaya, Indonesia: a qualitative study". *International Journal of Nursing Sciences*, v. 4, n. 4, 2017, pp. 374-7.
- AVRITZER, L.; RENNO, L. "The pandemic and the crisis of democracy in Brazil". *Journal of Politics in Latin America*, 2021, pp. 1-16.
- BARBERIA, L. G.; GÓMEZ, E. J. "Political and institutional perils of Brazil's covid-19 crisis". *The Lancet*, v. 396, n. 10248, 2020, pp. 367-8.
- BARRIGA, A. C. et al. "The covid-19 pandemic: yet another catalyst for governmental mass surveillance?". *Social Sciences & Humanities Open*, v. 2, n. 1, 2020, p. 100096.
- BOL, D. et al. "The effect of covid-19 lockdowns on political support: some good news for democracy?". *European Journal of Political Research*, 2020, pp. 1-9.
- CHATHUKULAM, J.; THARAMANGALAM, J. "The Kerala model in the time of covid-19: rethinking state, society and democracy". *World Development*, v. 137, 2021, p. 105207.
- DIAMOND, L. *O espírito da democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2015.
- DIAMOND, L.; MORLINO, L. "A qualidade da democracia", in L. Diamond (ed.). *Para entender a democracia*. Curitiba, Instituto Atuação, 2017, p. 473.
- EASTON, D. *A systems analysis of political life*. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1965.
- ECKSTEIN, H. "A culturalist theory of political change". *The American Political Science Review*, v. 82, n. 3, 1988, pp. 789-804.
- FREY, C.; CHEN, C.; PRESIDENTE, G. "Democracy, culture, and contagion: political regimes and countries responsiveness to covid-19". *Covid Economics*, v. 18, 2020, pp. 222-38.
- GELFAND, M. J. et al. "The relationship between cultural tightness-looseness and covid-19 cases and deaths: a global analysis". *The Lancet Planetary Health*, v. 5, n. 3, 2021, pp. e135-e144.
- GREENE, W. *Econometric analysis*. 7th. ed. Boston, Prentice Hall, 2012.
- GUNTHER, R.; MONTEIRO, J. R. "Legitimidade política em novas democracias". *Opinião Pública*, v. 9, n. 1, 2003, pp. 1-43.
- HAIR, J. et al. *Multivariate data analysis*. 7th ed. London, Pearson Education Limited, 2014.
- McLafferty, S. "Placing pandemics: geographical dimensions of vulnerability and spread". *Eurasian Geography and Economics*, v. 51, n. 2, 2010, pp. 143-61.
- MOISÉS, J. Á. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, 2008, pp. 11-41.

- MOISÉS, J. Á. *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas*. São Paulo, Edusp, 2010.
- MOISÉS, J. Á. "Civic culture", in B. Badie; D. Berg-Schlosser; L. Morlino (eds.). *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks, Sage Publications Inc., 2011, pp. 243-8.
- MOISÉS, J. Á. "On the crisis of democracy". *Journalism and Mass Communication*, v. 9, n. 1, 2019, pp. 33-52.
- MOISÉS, J. Á.; WEFFORT, F. *Crise da democracia representativa e neopopulismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer, 2020.
- MORLINO, L.; QUARANTA, M. "What is the impact of the economic crisis on democracy? Evidence from Europe". *International Political Science Review*, v. 37, n. 5, 2016, pp. 618-33.
- NORRIS, P. *Critical citizens: global support for democratic government*. Oxford, Oxford University Press, 1999.
- PERON, A. E. R. et al. "Viral surveillance: governing social isolation in São Paulo, Brazil, during the covid-19 pandemic". *SSRN Electronic Journal*, v. 3, n. February, 2020.
- PIKETTY, T. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2020.
- RENNÓ, L. "Teoria da cultura política : vícios e virtudes". *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 45, 1998, pp. 71-92.
- RIBEIRO, E. A. "Bases da legitimidade democrática no Brasil: adesão a valores e avaliação de desempenho". *Opinião Pública*, v. 13, n. 1, 2007, pp. 74-96.
- SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A.; GÓMEZ, M. "Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática". *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, 2006, pp. 1-37.
- SMITH, A. E. "Covid vs. democracy: Brazil's populist playbook". *Journal of Democracy*, v. 31, n. 4, 2020, pp. 76-90.
- STRAUB, A. M. et al. "Cultivating disaster resilience in rural Oklahoma: community disenfranchisement and relational aspects of social capital". *Journal of Rural Studies*, v. 73, n. December 2018, 2020, pp. 105-13.
- WELZEL, C. "Why the future is democratic". *Journal of Democracy*, v. 32, n. 2, 2021, pp. 132-44.
- ZOOROB, M. J.; SALEMI, J. L. "Bowling alone, dying together: the role of social capital in mitigating the drug overdose epidemic in the United States". *Drug and Alcohol Dependence*, v. 173, n. 2017, 2017, pp. 1-9.